

## **A violência como “valor-notícia normativo” no Rio de Janeiro: uma análise das Unidades de Polícia Pacificadoras do começo ao fim<sup>1</sup>**

Thais Magalhães de ALBUQUERQUE<sup>2</sup>

Ana Paula Goulart de ANDRADE<sup>3</sup>

Pontifícia Universidade Católica – PUC-Rio, Rio de Janeiro, RJ

### **Resumo**

O artigo faz uma reflexão sobre a violência como uma realidade socialmente construída no Rio de Janeiro. Para isso, traz um levantamento de reportagens do O Globo sobre a atuação das Unidades de Polícia Pacificadoras do auge à derrota, demonstrando como que a violência virou um “valor-notícia normativo” no Estado, compreendendo o jornalismo como um lugar de referência e produção de conhecimento. Busca também, conjugar como aporte metodológico, uma entrevista do então chefe da Polícia Civil do Estado, a fim de obter pistas que justifiquem o insucesso do projeto e a falhas nas ações de Políticas Públicas. Assim, o trabalho está fundamentado nas teorias do jornalismo, com ênfase na teoria construcionista.

**Palavras-Chave:** jornalismo; teoria construcionista; violência; valor-notícia normativo; UPP.

### **A realidade socialmente construída**

Para entender porque as notícias são como são, pesquisadores trouxeram à tona estudos das teorias do jornalismo que justificam a profissão dentro de um contexto com critérios de noticiabilidade e valores-notícia. Mas, desde a década de 70, uma teoria específica revolucionou os moldes do jornalismo: a teoria construcionista.

Tendo esta teoria como base para a análise aqui empreendida, torna-se possível compreender os impactos de reportagens dos principais veículos de imprensa do Rio de Janeiro e o consumo desse conteúdo pela sociedade. Neste artigo temos como objeto de análise doze reportagens do Jornal O Globo sobre a implementação e falência de uma política de segurança pública. As Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implementadas pela Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro, se destacaram na mídia e por anos prometeram um novo modelo de ocupação dos morros,

<sup>1</sup>Trabalho apresentado no IJ01–Jornalismo da Intercom Júnior – XIV Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup>Graduada do Curso de Jornalismo da Puc-Rio, e-mail: thaismagalhaes2005@hotmail.com.

<sup>3</sup>Orientadora do trabalho (com a supervisão do Prof. Dr. Leonel Aguiar), Doutoranda em Comunicação na Puc-Rio, Professora nos Cursos de Graduação em Jornalismo no Ibmecc e na FPG. Professora de Pós-graduação na Facha: e-mail: goulartdeandrade@gmail.com.

com a perspectiva de um policiamento comunitário. Ocorre que oito anos depois o atual governador do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, diante do cenário crítico em que o Estado se encontrava (e permanece até hoje), principalmente no aspecto da violência, decidiu entregar o controle da segurança do Estado para a Governo Federal. A transferência de gestão ocorreu durante a intervenção federal decretada pelo presidente Michel Temer.<sup>4</sup>

Para a compreensão dessa análise, é preciso rever o lugar do jornalismo como referência e forma de conhecimento em disputas na esfera pública nas sociedades democráticas. O jornalismo ocupa um lugar representado por um novo modelo que passa a ser “a luz que viu nascer valores que ainda hoje são identificados com o jornalismo: a notícia, a procura da verdade, a independência, a objetividade, e uma noção de serviço ao público” (TRAQUINA, 2005, p.34). Vale destacar que a publicidade também impulsionou a venda dos jornais e, juntamente com o modelo de objetividade, fez com que o produto noticioso ganhasse uma nova dimensão. Desse modo, a notícia passou a ser encarada como mercadoria. Esse modelo perdura até os dias atuais, sendo possível afirmar que o jornalismo é também um negócio e como tal, visa lucro. No caso da análise delimitada nesse artigo, essa percepção se faz presente com a apresentação da notícia com o teor e valor-notícia sobre a violência.

Algumas teorias funcionam como metodologia para a compreensão da construção da notícia. A primeira teoria surgiu ainda no século XIX e partir do princípio de que “as notícias são do jeito que as conhecemos porque a realidade assim as determina.” É chamada “teoria do espelho”. Segundo Felipe Pena, nessa teoria “a imprensa funciona como um espelho do real, apresentando um reflexo claro dos acontecimentos” (PENA, 2012, p. 125). Nelson Traquina (2005) entende que o jornalista pode ser considerado um comunicador desinteressado, isto é, “um agente que não tem interesses específicos a defender e que o desviam da sua missão de informar, procurar a verdade, contar o que aconteceu, doa a quem doer” (TRAQUINA, 2005, p.146). Essa teoria dispensa qualquer teor de subjetividade durante a construção de uma notícia, rebaixando o jornalista a uma função extremamente mecânica no exercício da profissão. Considerando os novos agentes sociais e toda a carga subjetiva imposta na relação de trabalho e nos estudos do *newsmaking*, ou seja, aquilo que refere-se aos valores-notícia de um acontecimento somado aos critérios de noticiabilidade, vale reforçar que este artigo pretende concentrar as questões elencadas aqui na teoria construcionista, que rejeita completamente a teoria

---

<sup>4</sup> Disponível em: [encurtador.com.br/bFX13](http://encurtador.com.br/bFX13), acesso em :19/07/2018.

do espelho. No entanto, é preciso acrescentar que não é por discordar da teoria do espelho que o paradigma das notícias como construção remetem a informações fictícias. Michael Schudson (2010), afirma que as notícias são, na verdade, convencionais. Já Bird e Dardenne (1993) defendem que as notícias não negam o valor da realidade exterior como uma abordagem narrativa. Traquina (2005), interpreta a resistência dos jornalistas ao conceito e esclarece por que as notícias são construídas.

Os jornalistas dizem: “Há um acontecimento; quer dizer alguma coisa. Quem quer que lá esteja perceberá o que é que ele significa. Tiramos-lhes fotografias. Escrevemos um relato sobre ele. Transmitimo-lo tão autenticamente quanto possível através dos media, e a audiência vê-lo-á e perceberá o que aconteceu”. E quando se afirma que as pessoas têm interesse em versões diferentes desse acontecimento, que qualquer acontecimento pode ser construído das mais diversas maneiras e que se pode fazê-lo significar as coisas de um modo diferente, esta afirmação de algum modo ataca ou mina o sentido de legitimidade profissional dos jornalistas, e estes resistem bastante à noção de que a notícia não é um relato mais uma construção (HALL *apud* TRAQUINA, 2005, p. 170).

Seria impossível supor que um profissional pudesse ignorar suas memórias, aprendizados, bem como a ideologia do *ethos* jornalístico na hora de construir uma matéria. Faz parte do processo noticioso que a personalidade e bagagem do jornalista, reflitam no texto produzido e apresentem as informações de uma forma diferente dos demais jornalistas. Mas isso, claro, sem distorcer os fatos, sempre em busca da verdade. Nesse sentido, é possível afirmar que a notícia gira em torno da ideia da “verdade”. Não da verdade concreta, límpida, inatingível dentro das rotinas produtivas jornalísticas, mas em um molde incompleto, construído por percepções e interesses que representam e direcionam a atividade jornalística, dentro da lógica construcionista.

Ao mesmo tempo que a primeira metade do século XX foi marcada pelos avanços técnicos, a dependência de habilidades manuais tornou-se cada vez menor. “Enfim, um equipamento que exigia considerável inversão de papéis e alterava o processo de compor e reproduzir textos e imagens passou a ser utilizado pelos diários de algumas das principais capitais brasileiras” (MARTINS; DE LUCA, 2013, p.149). O jornalismo se transformou em um negócio e o mercado potencial de leitores cresceu cada vez mais. As redações passaram a designar funções específicas para cada indivíduo do jornal, como: proprietário, redator, editor, gerente e impressor.

Vale a ressalva que os valores-notícia funcionam como os parâmetros de seleção provenientes de audiência (SILVA, 2014, p.41). Esse comportamento organizacional ocorre quando os produtores de informação buscam se ajustar às competências institucionais para atender as expectativas. Se a oferta de informações não for compatível com as expectativas dos receptores, o vínculo que une produtores e audiência não se sustenta. Portanto, frente a infinidade de acontecimentos do cotidiano “é preciso estratificar para escolher qual acontecimento é mais merecedor de adquirir existência pública como notícia” (SILVA, 2014, p.54). Para que o discurso jornalístico seja inteligível e obtenha sucesso, é necessário fazer uma seleção de fatos e hierarquizá-los. A escolha e montagem de um jornal que reflita a construção social da notícia faz parte da rotina produtiva e, no caso desse trabalho, está direcionada à violência nos morros cariocas. Seguindo por essa linha, vale a seguinte indagação: qual é o papel dos jornalistas na produção de notícias?

### **A violência como “valor-notícia normativo”: análise de reportagens de O Globo**

Para a produção desse trabalho foi analisada uma série de reportagens publicada no jornal O Globo, em 2007, que registra a censura instalada em favelas controladas por traficantes e milícias, cerca de 22 anos após o fim da ditadura militar. Refêns dos “donos dos morros” (ROCHA, 2017), moradores eram submetidos ao tribunal do tráfico, como descreve uma das matérias. A série “Os brasileiros que ainda vivem na ditadura” do jornal carioca, publicada em 13 dias consecutivos, na editoria Rio, trouxe histórias de violação de direitos fundamentais por grupos armados do tráfico ou da milícia. A metodologia utilizada reúne mais de 200 entrevistas, 60% com moradores de favelas, que ganharam codinomes por questões de segurança. Toda a estrutura da série, a forma como as matérias foram escritas - priorizando as histórias pessoais dos personagens, e a decisão de compará-las a situações com o regime militar, nos leva a refletir pelo viés da teoria construcionista do jornalismo. Houve o trabalho jornalístico de relacionar fatos da década de 60 com os dias atuais, apontando situações que se repetem apesar de inseridos em contextos diferentes. Além disso, cada matéria trazia consigo, no canto superior esquerdo da página, um direito garantido pela Constituição Federal e que, no desenrolar do texto, o leitor percebe que não está acessível para grande parte da população pobre. São eles: integridade física, liberdade de locomoção, inviolabilidade do lar, liberdade de expressão, liberdade de associação e direito à vida.

Algumas também trazem opiniões de especialistas e artigos relativos à história apresentada, como no caso da matéria que traz como título: “Tortura, uma prática que não acabou” (ROCHA, 2007), revelando que a tortura ainda perdura em favelas controladas pelo tráfico, milícia e até pela polícia. Logo abaixo do nome da série, encontra-se o seguinte artigo: “Constituição Federal, artigo 5º, inciso III: Ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante.”



Figura 1: Tortura, uma prática que não acabou.  
Fonte: O Globo

Para se ter noção do poder das facções, até 2016 a milícia já controlava 170 regiões no Estado do Rio de Janeiro e podem ser definidas como patrulhas de segurança contra traficantes, integradas por policiais, bombeiros e agentes penitenciários.<sup>5</sup> O lucro que não costuma vir das drogas, mas da extorsão de moradores obrigados a aceitar os “termos” dos milicianos, que cobram taxas por serviços básicos como gás, água, transporte, sinal clandestino de TV, internet e segurança. Quem não pagar as taxas e adquirir os serviços de outra fonte pode ser expulso da comunidade ou sofrer punições até mais graves.

Algumas matérias da série “Os brasileiros ainda vivem na ditadura” compararam a situação vivida pelos moradores das favelas ao regime militar. Assim como ocorre em

<sup>5</sup> Disponível em: [encurtador.com.br/ahqT4](http://encurtador.com.br/ahqT4), acesso em :13/10/2017

morros controlados por traficantes e milícias, os militares cortavam peças, proibiam músicas e vetavam a divulgação de notícias. Um caso escolhido para comparação foi o do dramaturgo Augusto Boal que dirigia o espetáculo “Arena canta a Bahia”, no Teatro Brasileiro de Comédia, em São Paulo, em 1965 (ROCHA, 2007). A reportagem mostra que 42 anos de distância entre os períodos não diferenciam a realidade vivida por muitos brasileiros dos tempos ditatoriais.

O funcionamento do tráfico de drogas nas favelas envolve toda uma organização dentro das redes criminosas para facilitar a gestão do “negócio”. O dono do ponto de venda é o “gerente”. Abaixo, existe uma cadeia hierárquica de funcionários do crime. O mais próximo do gerente é o responsável pela realização das contas da boca. Depois, há vendedores menores, responsáveis por outros pontos de venda e, no fim da cadeia, os “olheiros” do tráfico, normalmente crianças e jovens que se posicionam estrategicamente para avisar quando a polícia estiver subindo o morro. Ainda há aqueles que fazem pequenos favores aos traficantes, como comprar comida e levar recados. Em função da alta rotatividade nesse tipo de negócio, já que a vida é colocada em risco a todo momento, há uma constante captação de novos membros para as facções e estes costumam ser meninos de 13, 12 e até 11 anos (MALHEIRO, 2013). A ostentação é tanta, que os meninos ficam fascinados com a possibilidade de serem poderosos no morro onde vivem.

Outra reportagem da série, publicada no dia 21 de agosto de 2017 (ROCHA, 2007), relata o sofrimento de uma moça que perdeu a casa para traficantes da facção rival após uma invasão na Favela de Vigário Geral. A moça de apenas 24 anos havia trabalhado duro para conseguir o barraco na comunidade e quando menos esperava recebeu o comunicado de que não poderia retornar à residência.

Em paralelo, a matéria apresenta um *box* que lembra que o direito de ir e vir teve uma das suas primeiras referências ainda no século V a.C, na Lei das XII Tábuas, considerada a origem do direito romano. Apesar de antigo e do conhecimento de todos, este direito não é tão acessível, como mostra a série. Da mesma forma que militantes políticos eram obrigados a deixar o país na década de 60, de tal forma que pessoas abandonaram suas casas e expulsas pelo tráfico ou pela milícia.

A matéria do dia 23 de agosto de 2017 traz uma iniciativa de tentar solucionar ou de pelo menos discutir a gravidade da presença de grupos armados que impõem suas leis nas comunidades (ROCHA, 2007). No dia anterior à publicação da reportagem, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados havia aprovado a



realização de um seminário para abordar a violação dos direitos fundamentais dos moradores de favelas.

Para solucionar o problema do tráfico e das milícias nas favelas, diversas políticas públicas foram implementadas, porém sem resultados positivos. Houve propostas de remoção para moradores e de obras de urbanização nas comunidades, mas, infelizmente, essas zonas não tinham o devido reconhecimento como parte da cidade e o governo ignorou áreas relevantes para o desenvolvimento da qualidade de vida, como saúde, educação, cultura e segurança. Não é difícil entender como esses espaços são vulneráveis à instalação de pontos de vendas de drogas quando o cenário é de total descaso e ausência do poder público, que não contempla serviços básicos em regiões desfavorecidas.

A implementação de uma política pública depende de diversos fatores para ser aprovada na agenda governamental, dentre os quais se pode destacar:

a urgência da questão, os índices ruins apontados através de pesquisas ou estatísticas, uma comoção causada por alguma situação em que o problema se tornou demasiadamente exposto, pressão midiática, o fato o projeto fazer parte da plataforma de campanha de determinado candidato ou, simplesmente, a tentativa de consolidar uma proposta que está escrita na Constituição do país (MALHEIRO, 2013, p.55).

Conforme foi mencionado por Deborah Malheiro (2013), a mídia exerce um papel fundamental na entrada de certo problema na agenda pública. Ao aparecer na televisão, em sites de notícias, no jornal impresso ou no rádio, a situação gera comoção popular o que, de certa forma, pressiona o Estado a tomar uma atitude. Por essa razão, muitos veículos de comunicação se autodenominam “serviços de utilidade pública”, já que interferem em decisões e propostas de políticas públicas. Esse cenário, na verdade, nos mostra a fragilidade do Estado brasileiro que ignora grande parte dos problemas de segurança pública, de urbanização e de serviços básicos até que estes ganhem visibilidade através da imprensa. Dessa forma, a realidade socialmente construída nesses lugares dava voz à violência e gerava sempre mais temas sobre esse valor-notícia, criando uma espécie de espiral infinito de acontecimentos violentos sobre a atuação de traficantes e milicianos nos morros cariocas.

Ainda há outras duas grandes dificuldades de implementação de políticas públicas. A primeira é a falta de cooperação entre as esferas de poder federal, estadual e municipal. As ações são planejadas de forma isolada visando desenvolver projetos das

respectivas alçadas. O segundo problema são as aspirações individuais de políticos cujo norte é apenas garantir uma reeleição, o que dificulta a perpetuação e a eficácia das políticas públicas brasileiras (MALHEIRO, 2013).

Dois projetos buscavam melhorar as condições de vida dos moradores das favelas. O primeiro foi o “Favela Bairro”, lançado em 1995 pelo ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, que “promoveu ações como o afastamento de ruas, construção de quadras esportivas, praças e creches, a manutenção de postes de luz e outros serviços urbanos em 149 comunidades considerada médias, ou seja, sem grande densidade populacional” (MALHEIRO, 2013, p.76). O objetivo do projeto, coordenado pela Secretaria Municipal de Habitação e financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), era implementar infraestrutura urbana nas comunidades beneficiadas, sem impedir o crescimento delas.

A segunda tentativa de política pública foi implementada em 2000 pelo ex-governador do Rio de Janeiro, Anthony Garotinho. O projeto Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais (GPAES) foi instalado primeiramente no Pavão-Pavãozinho, em Copacabana, e nos anos seguintes estendeu-se para os morros: Babilônia e Chapéu Mangueira, no Leme, Providência, no Centro, Gardênia Azul e Rio das Pedras, em Jacarepaguá, Morro da Formiga, na Tijuca, Vila Cruzeiro, na Penha, e Cavalão e Estado, em Niterói. A política, que em muito se parece com as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), previa a instalação de unidade policiais que fariam um patrulhamento progressivo nas favelas, além da tentativa de desenvolver uma nova relação entre moradores e policiais. Prevalcia a ideia de uma polícia comunitária, diferente das operações militaristas da PM e do Bope (MALHEIRO, 2013). Em relação aos aspectos negativos da política, em 2010 o GPAES (Grupamento de Policiamento em Áreas Especiais) já enfrentava um processo de desmobilização de projetos sociais (como aconteceu com o Favela-Bairro). Houve redução de efetivo policial e denúncias de arbitrariedade contra os moradores. Segundo O Globo, o grupamento do Morro do Estado, por exemplo, começou em 2002 com 55 policiais contra um efetivo de 28 homens em 2010 (SCHIMITT, 2010). O grande problema do GPAES foi ter se limitado à reduzir conflitos entre traficantes, esquecendo que os moradores precisam de mais do que isso. Podemos até compará-la com uma medida “emergencial” e que não vai na raiz do problema.



---

### **Do sucesso à falência: o que deu errado nas UPPs?**

Como o próprio nome diz, as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) surgiram como uma política pública que objetivava a pacificação nas favelas. Foram oficializadas pelo poder público no dia 21 de janeiro de 2009, mas nasceram em doses homeopáticas na “salinha de almoço da Secretaria de Segurança” (BELTRAME, 2014, p. 103).

O principal impulso para o desenvolvimento do projeto foi a operação no Complexo do Alemão, em 2007, que apresentava um crescimento exponencial do tráfico de drogas na região. Mas ainda assim, era necessário, no entanto, difícil convencer uma população desiludida com tantas promessas de políticas públicas. Pensando nessas deficiências, o ex-secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame escolheu a favela Santa Marta, localizada no Morro Dona Marta, em Botafogo, Zona Sul do Rio, para dar o pontapé inicial. A ideia era estender posteriormente a política para o Morro da Babilônia, no Leme e o Morro da Providência, no Centro. “Eram comunidades pequenas e, se as coisas não funcionassem bem, seria possível recuar, se rearticular e seguir em frente.” (BELTRAME, 2014, p.107). O objetivo era ocupar as favelas onde moradores ficavam reféns de bandidos que representavam a milícia, cobrando contas de mercado, de botijão de gás e atentos em quem subia ou descia da comunidade.

O Dona Marta foi ocupado, no dia 19 de novembro de 2008, por cerca de 100 policiais militares. Nessa altura, os traficantes já haviam saído do morro, disfarçados de “cidadãos comuns” quando o Batalhão Florestal subiu com os cães farejadores na mata. Mas a intenção era ficar por lá, sem o entra rotineiro de antes. Mesmo com toda expectativa de uma iniciativa que tinha tudo para dar certo, os moradores continuaram descrentes. “Eles se queixavam do desvio de conduta de policiais e de que as autoridades só davam as caras por ali em época de eleição” (BELTRAME, 2014, p.109).

No entanto, os moradores começaram a sentir seus direitos respeitados. Foi feito um mapeamento da Light<sup>6</sup> para acabar com os “gatos” que colocavam vidas em risco, as lojas passaram a subir o morro para realizar entregas, a companhia de lixo assumiu o seu papel, policiais criaram uma academia de caratê e a prefeitura logo construiu uma quadra de futebol. A tropa de policiais militares também começou a ser preparar melhor para exercer o papel de polícia comunitária. “Boa parte dos PMs do Dona Marta realizou o curso no Batalhão de Barra do Piraí, interior do estado, a cerca de 100 quilômetros do

---

<sup>6</sup> Empresa privada de energia elétrica do Estado do Rio de Janeiro.

Rio. Foram seis meses de aulas de defesa pessoal, psicologia, direitos humanos e direito penal” (BELTRAME, 2014, p. 111). A polícia militar não estava mais sendo treinada para a guerra, mas para pacificar uma comunidade. Dessa forma, pode-se notar o quanto a realidade socialmente construída passou por uma mudança. Se antes os valores-notícia estavam ligados a temas voltados para a violência; agora, a perspectiva era de uma possível mudança social, o que gerou inúmeros outros temas jornalísticos semelhantes.

Em 2014, a edição de dezembro da revista “Economia Rio” da prefeitura trouxe matérias sobre os investimentos governamentais e da iniciativa privada nas comunidades pacificadas pelas UPPs. O mais importante plano de segurança pública do Brasil estava presente em 38 favelas até 2014, beneficiava 1,5 milhão de pessoas e contava com 9.543 policiais militares treinados e que trabalhavam com os princípios de presença, proatividade, descentralização e solução de conflitos (ABEND, 2014). De acordo com as chefias do projeto, a tendência com a pacificação das comunidades era que o desenvolvimento econômico nessas áreas recebesse um grande impulso.

E foi o que aconteceu. Um grande exemplo foi a instalação do teleférico no Complexo do Alemão, em 2011. Até 2014, já transportava 12 mil pessoas por dia entre moradores e turistas, proporcionando uma vista panorâmica da Zona Norte e da Baía de Guanabara. Também entraram em pauta investimentos e projetos socioculturais nas áreas de lazer e educação, com participação direta e indireta de policiais militares. Desse modo reforçava a ideia de que as UPPs chegaram não só com o objetivo de dirimir a violência nas favelas, mas também aliar urbanização e educação, ao contrário de outras tentativas de políticas públicas que visavam um ou outro e fracassaram. As esferas federal, estadual e municipal se uniram em prol do programa e investiram em infraestrutura.

Com a reeleição do governador do estado do Rio de Janeiro, Luiz Fernando Pezão, o ex-secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame permaneceu no cargo dando continuidade ao plano. Como continuidade ao que parecia ser um grande projeto social, existiram outros programas paralelos de incentivo ao empreendedorismo elaborados pelo Instituto Pereira Passos - IPP (ABEND, 2014). O objetivo era transformar as favelas pacificadas em um ambiente favorável ao turismo, à movimentação da economia, à idealização de novos negócios e à entrada de filiais de grandes marcas, sem riscos de violência ou interferência de traficantes e milicianos.

Mas, apesar de resultados cada vez mais positivos, um episódio fez a população questionar a seriedade e moral das UPPs em 2013. No mês de julho, o ajudante de

pedreiro, Amarildo Dias de Souza, foi levado por policiais da UPP da Rocinha da porta de casa à sede da unidade para “prestar algum tipo de esclarecimento” e desapareceu. O caso ocorreu menos de um ano após a instalação da UPP na Rocinha e foi o suficiente para acabar com a confiança de muitos moradores. Até então, os jornais só traziam, praticamente, notícias sobre as dificuldades de inserir polícias militares em favelas extremamente violentas e os resultados positivos das UPPs em relação a esse desafio. A polícia militar, através das UPPs, entrou em 38 comunidades controladas pelo tráfico ou milícias. No entanto, o episódio de Amarildo desmoralizou os policiais perante os moradores, que passaram a enxergá-los como inimigos. Esse episódio pode ser considerado mais um ponto relevante de que como foi construída socialmente a realidade por meio da mídia, baseada agora no que o artigo traz como tema os “valores-notícia normativo”.

Até o final de 2017, 134 policiais foram assassinados no Estado do Rio e a frustração dos que acreditavam nas UPPs só aumentou. A favela Dona Marta, que recebeu a primeira sede, voltou a mostrar cenários de guerra que há anos não aconteciam. A Rocinha chegou a protagonizar, em setembro de 2017, um dos maiores episódios de violência já vistos no Estado. As Forças Armadas precisaram ser recrutadas para intervir em uma guerra que fugiu do controle da polícia militar e deixou seis mortos e cinco feridos, entre suspeitos e inocentes. Um grupo de traficantes invadiu a Rocinha a mando do ex-chefe do tráfico local, Antônio Francisco Bonfim Lopes, o Nem, na intenção de tomar o morro do atual “comandante”, conhecido como Rogério 157. Após dias de guerra e violência, o então comandante das UPPs, coronel André Luiz Belloni Gomes, foi exonerado da chefia. O pedido de apoio às Forças Armadas do Comando Militar do Leste (CML) se deveu não só a guerra instalada na Rocinha, mas a outras favelas da Região Metropolitana, onde a violência aumentava a cada dia, como os morros do Alemão e Manguinhos. Antes de recrutá-los, o governador Luiz Fernando Pezão fez questão de esclarecer à sociedade que não adiantava sonhar que os membros das Forças Armadas entrariam nas comunidades para ficar porque, segundo o governador, o Exército já tinha deixado claro que não o faria. No entanto, não foi o que aconteceu porque em de fevereiro de 2018, o presidente Michel Temer assinou o decreto da intervenção federal na

segurança do Rio. Após cinco meses, as notícias já avaliam a atuação dos interventores na segurança no Rio como negativa<sup>7</sup>.

### **O que diz a Polícia Civil?**

São claras as dificuldades da Polícia Militar em exercer o papel de “polícia comunitária”. Em vez de notícias sobre o avanço na interação entre policiais militares e moradores, a população do Rio consome uma realidade socialmente construída a partir de notícias sobre mortes de policiais e sedes da UPP atacadas. Em entrevista, o ex-chefe da polícia civil e atual comentarista de segurança pública da Rede Globo, Fernando Veloso, admitiu a insegurança dos moradores em relação ao projeto. Para ele, as pessoas sequer entenderam o conceito de “polícia comunitária”.

O que é polícia comunitária? Polícia comunitária é acolhimento; é proximidade; é interação; relação de confiança; é vínculo efetivo de confiança; é defesa de direitos; é um pouco de cada uma dessas coisas (VELOSO, 2017, entrevista concedida à autora).

O comentarista e delegado traz um questionamento: quais eram, de fato, os objetivos do projeto? Instalar uma política de proximidade ou retomar os territórios? São propostas completamente diferentes. “Essa política é como uma criança que nasce com uma doença representativa e que causará sua morte breve. Pode demorar dias, meses ou anos, mas desde o início os pais sabem o que vai acontecer” (VELOSO, 2017, entrevista concedida à autora). Em outras palavras, a UPP sempre teve um prazo de validade.

Para Veloso, só a polícia militar trabalhou neste projeto e o lado social só foi lembrado quando as UPPs tornaram-se insustentáveis. “Foi buscada uma solução para acabar com a violência e com o tráfico de drogas e não para implantar o conceito de proximidade” (VELOSO, 2017, entrevista concedida à autora). O delegado também garante que os Direitos Humanos deveriam ter participado do projeto desde o princípio ajudando a compor um grupo multifacetado que buscasse o lado social da polícia comunitária. O que temos hoje são regiões administrando um negócio ilícito e que geram muita renda, tanto através das drogas quanto através das armas. Mas os traficantes não lucram apenas dessa forma. Como já lembramos neste trabalho, moradores são obrigados

---

<sup>7</sup> Disponível em: [encurtador.com.br/dgvy4](http://encurtador.com.br/dgvy4), acesso em 22/07/2018.

a adquirir serviços básicos de uma marca que contribua para o aumento do poder econômico do traficante. Poder econômico este mais rentável que o negócio originário, já que não tem custo e não é ameaçado por operações policiais.

Cada dia de ‘não-atividade’ do tráfico é um dia sem faturar. A droga corre o risco de ser apreendida também, mas o outro negócio não. O caixa nunca fecha totalmente por esse motivo e esse dinheiro que vem dos próprios moradores pode ser usado para comprar munição, armas e para subornar pessoas (VELOSO, 2017, entrevista concedida à autora).

De acordo com o delegado, A UPP é um excelente projeto que gerou uma expectativa enorme na população, que se vê frustrada agora, tendo que contentar-se na continuidade da violência como realidade construída na vida e na mídia

### **Considerações finais**

Entre as falhas do modelo, a falta de preparo do policial militar para assumir o papel de aproximação com a comunidade e a ausência de órgãos como a Polícia Civil e a Secretaria de Direitos Humanos, comprometeu significativamente os resultados positivos das UPPs. Apesar de equívocos técnicos, o erro de maior proporção foi a elevação da expectativa dos moradores do Rio de Janeiro e principalmente das favelas da cidade. Por uma questão de conveniência política, investimentos milionários foram feitos em comunidade pacificadas e que agora voltaram a ser campos de guerra. Moradores que, no início, enxergavam o agente público como alguém de confiança, se decepcionaram com a forma de tratamento dos policiais. Todo um projeto de polícia comunitária não passou de uma grande ilusão e os policiais foram tão vítimas quanto a sociedade que, ingenuamente, acreditou que teria seus problemas de violência resolvidos.

Desse modo, o jornalismo enquanto referência e lugar de produção de conhecimento naturaliza, nesse sentido, o valor-notícia violência, tratado aqui como normativo, porque mesmo com uma tranquilidade velada, por falta de políticas públicas o que se projeta é a manutenção da criminalidade como critérios de noticiabilidade, considerando o jornalismo como um agente construtor da realidade social.

### **Referências**

ABEND, C. Nas comunidades pacificadas, o mercado integra. In: **Economia Rio**, Rio de Janeiro, p. 35, dez/2014.

---

BELTRAME, J. M. **Todo dia é segunda-feira**. Rio de Janeiro: Sextante, 2014.

BIRD, E.; DARDENE, R. Mitos, registros e “estórias”: explorando as qualidades narrativas das notícias. In: TRAQUINA, N. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Veja, 1993. p. 263 -277.

MALHEIRO, D. U. **As UPPs e os Direitos: Uma análise sobre os impactos das políticas públicas em favela carioca**. Dissertação do curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro – RJ. Agosto de 2013.

MARTINS, A. L.; DE LUCA, T. R. **História da Imprensa no Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PENA, F. **Teoria do jornalismo**. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

ROCHA, Carla *et al.* Tribunais paralelos em ação nos morros. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.9. agosto/2007.

\_\_\_\_\_. Tortura, uma prática que não acabou, **O Globo**, Rio de Janeiro, p.8, agosto/2007.

\_\_\_\_\_. Incomunicável e em prisão domiciliar. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.21, agosto/2007.

\_\_\_\_\_. Câmara vai discutir situações em favelas, **O Globo**, Rio de Janeiro, p.19, agosto/2007.

SCHUDSON, M. **Descobrimo a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010.

SILVA, G. **Para pensar a noticiabilidade**. Revista Estudos em Jornalismo e Mídia. Universidade Federal de Santa Catarina, v. 2, n. 1, 2005.

SCHIMITT, L. G. GPAES enfrentam processo de decadência. **O Globo**, Rio de Janeiro, p.4, janeiro/2010.

TRAQUINA, N. **Teorias do jornalismo – Volume I: por que as notícias são como são**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2005.

VELOSO, F. **Chefe de Polícia Civil**, (entrevista concedida à autora) 2017.